

Memórias ‘em disputa’: mídias digitais e livros didáticos no ensino de História

RESUMO

Patrícia Marcondes de Barros
patriciamarcondesdebarros@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina (UEL),
Londrina, Paraná, Brasil.

Pedro Henrique Rodrigues
Pedro.henrique03@uel.br
Universidade Estadual de Londrina (UEL),
Londrina, Paraná, Brasil.

Este artigo busca refletir sobre como a memória, em nossa sociedade, é alvo de constantes disputas, e como as mudanças historiográficas, juntamente com os conteúdos produzidos nas mídias eletrônicas, têm contribuído para que perspectivas antes ignoradas possam ser compartilhadas com a população de forma ampla. Para tanto, nosso trabalho abordará de que maneira essas transformações têm chegado às escolas e a influência dos livros didáticos nesse contexto, bem como qual deve ser o papel dos professores na condução desse processo que tangencia diversas questões, como a concepção de História, memória e verdade.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Mídia eletrônica. Livros didáticos. Formação docente.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste artigo é abordar de forma ampla as discussões relacionadas à História e à memória, observando como as disputas ligadas a essas questões, em nossa sociedade, reverberam nas mídias eletrônicas e na esfera educacional, bem como o papel dos professores diante desse cenário.

Para iniciarmos a reflexão, acreditamos ser pertinente realizar uma diferenciação entre os dois conceitos principais citados acima. Em relação à memória, vários estudiosos já se dedicaram a conceituá-la e problematizá-la, como Michael Pollack (1989), Jaques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993).

Nora argumenta:

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (1993, p. 9).

Na esteira das conceituações propostas por estes autores, entendemos que a memória representa uma tentativa de reconstrução do passado, que ocorre sempre de forma limitada. Essa definição está associada ao entendimento de que o passado não pode ser de forma literal resgatado e de que a memória é seletiva e composta tanto de lembranças como de esquecimentos, que podem ser intencionais ou inconscientes. Por sinal, embora frequentemente imaginemos que a memória se relaciona apenas com o pretérito, essa seleção do que é esquecido ou lembrado também diz respeito às questões que são pensadas no presente, já que a depender da conjuntura em que estamos inseridos, a nossa forma de olhar para os acontecimentos e a importância que atribuímos a alguns em detrimento de outros vai se alterando, constituindo assim um processo dinâmico e complexo.

A História, por sua vez, comumente é associada à ciência dos homens no tempo (Bloch, 2002, p. 55), e, por sua legitimidade, não considera as memórias como narrações que simplesmente descrevem de forma fiel o que ocorreu em períodos anteriores ao nosso, mas busca utilizar essas perspectivas como fontes verossímeis ou não, que passam por um processo de questionamento e contextualização para que sejam mais bem entendidas e também ajudem na compreensão dos pensamentos existentes em determinadas épocas e lugares, afinal, formam tanto um fenômeno individual quanto coletivo.

Bloch afirma que:

O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade (2002, p. 55).

A partir do que foi exposto, buscaremos, em um primeiro momento, realizar uma discussão sobre os conflitos existentes entre as memórias oficiais e aquelas que costumam ser menosprezadas ou minoritárias, como as advindas de grupos socialmente invisibilizados ao longo dos anos na História. Com base nisso, verificaremos como essas memórias têm sido apresentadas nas mídias digitais e nos materiais didáticos. Por fim, abordaremos o papel e os desafios enfrentados pelos docentes diante dessa circunstância.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: CAMPOS EM DISPUTA

A memória é alvo de constantes disputas entre distintos grupos sociais devido à pluralidade de percepções sobre o passado e a construção da tessitura da História. É comum que algumas estejam mais presentes no imaginário coletivo, o que geralmente está relacionado ao destaque que essas memórias recebem ao longo do tempo, por meio de espaços museológicos, monumentos ou livros didáticos, conforme as políticas vigentes. O problema surge quando essa memória oficial – ou seja, aquela que é criada, reafirmada ou reproduzida pelas instituições públicas – é erroneamente entendida como a única e verdadeira representação do que ocorreu. Isso é extremamente problemático, pois permite que uma perspectiva se torne hegemônica, fazendo com que todas as demais, mesmo possuindo igual legitimidade, passem a ser consideradas falsas e sem importância.

Quando o campo da ciência histórica ressaltou suas especificidades em relação às outras ciências existentes até então, os historiadores, de modo geral, seguiam alguns pressupostos básicos característicos das correntes metódica e positivista do século XIX. Essas correntes preconizavam a narração exclusiva dos feitos de “grandes líderes” e personalidades consideradas importantes, utilizando apenas fontes escritas e oficiais e desenvolvendo uma História meramente descritiva e factual, pautada na busca pela neutralidade e objetividade.

No entanto, em 1929, com o surgimento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que deu origem à chamada “escola dos Annales”, temos a sistematização de um pensamento que se opôs à historiografia predominante da época. Por meio de suas diversas gerações, o movimento, que teve entre seus membros figuras como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e, mais tarde, Jacques Le Goff, foi responsável por propor mudanças teóricas e metodológicas que continuam pertinentes até a atualidade.

Entre essas mudanças estão: o entendimento de que diversos temas podem ser estudados, sem que a pesquisa histórica fique restrita a assuntos políticos; o reconhecimento de qualquer vestígio humano como fonte; a defesa de que todos são sujeitos históricos, independentemente do grupo social a que pertencem; a problematização da História; e a noção de que as áreas do conhecimento devem trabalhar de modo interdisciplinar. Essas transformações foram fundamentais para que, cada vez mais, grupos sociais fossem percebidos e estudados pelos pesquisadores no meio acadêmico.

Retornando à reflexão sobre o papel do Estado na escolha das memórias oficiais, devemos considerar que, assim como outras organizações, o Estado é guiado por interesses políticos. Nesse sentido, para a construção de uma nação, ou para a manutenção de uma já existente, é importante que haja uma relativa harmonia interna e o fortalecimento de uma identidade comum entre todos os

seus habitantes. Isso pode ser alcançado pela escolha de elementos como hinos, bandeiras, heróis, entre outros, que servem para reforçar um sentimento de pertencimento a uma comunidade de indivíduos que supostamente compartilham valores semelhantes.

“Supostamente”, porque nenhum país é, de fato, homogêneo, de modo que sempre existirão cidadãos com visões de mundo e práticas muito distintas. Sendo assim, para a existência de uma coesão dentro de um território, também é recorrente que os inevitáveis conflitos sociais – existentes em qualquer sociedade – sejam menosprezados ou diminuídos, com a finalidade de se criar uma imagem de união.

Uma das estratégias para que isso ocorra é a homogeneização da história nacional e da memória que é passada de geração em geração. Tendo em vista as disputas já citadas e o fato de que sempre haverá desentendimentos sobre quais narrativas corresponderiam à realidade, a alternativa, na falta de um consenso, é a eleição de uma memória específica, que é defendida em detrimento do apagamento das demais. Este processo sempre acaba privilegiando os grupos mais influentes política, social e economicamente, restando aos demais, os minoritários – ao menos em questão de direitos –, a marginalização. O endosso do governo a determinadas memórias, portanto, não deve ser o parâmetro para definir a coerência dessas construções, uma vez que é impossível existir uma neutralidade na seleção do que se pretende lembrar e esquecer.

Não estamos, com essa reflexão, dizendo que as memórias dos grupos marginalizados são as corretas, pois estaríamos apenas invertendo a situação, mas mantendo o impasse. Todas devem ser problematizadas e estudadas a partir de seus contextos. O que defendemos, e percebemos que mesmo a passos lentos já está acontecendo, é que os indivíduos possuam o direito de ter suas vozes ouvidas e suas experiências consideradas.

Para que isso ocorra de forma eficiente, não deve haver uma hierarquização das memórias, separando-as em mais ou menos importantes. Se pensarmos no caso indígena, por exemplo, podemos observar que um dos motivos para suas narrações terem sido ignoradas por tanto tempo foi o não desenvolvimento de tradições escritas entre diversas comunidades. Vemos, desse modo, que a adoção de critérios que fazem sentido para um segmento, mas não para os demais, acaba justificando a dominação e exclusão daquilo que é tido como diferente, estranho. O enfrentamento a essa ideia de superioridade tem sido justamente um dos enfoques trabalhados por áreas como a História e a Antropologia. Cabe então aos historiadores questionarem os materiais e a aprendizagem baseados na reprodução de narrativas excludentes, que buscam compartilhar pensamentos que não passam pela devida análise crítica.

Outra medida a ser adotada é a inclusão de grupos até então menosprezados nas discussões realizadas em sala de aula. Mas só os incluir resolve o problema? A depender da forma como são retratados, a visão pejorativa a respeito dessas pessoas continua existindo, e em alguns casos, é até mesmo reforçada. Para que isso não ocorra, é preciso concedê-las um espaço que vá além das notas de rodapé, possibilitando que contem suas próprias experiências. Destacamos, ainda, a importância de que esses indivíduos sejam colocados como protagonistas de suas próprias histórias, e não como meros coadjuvantes.

Pollack afirma que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (1989, p. 4).

Também é válido ressaltar que a desqualificação da memória daqueles povos que são silenciados pode estar ligada à percepção, muito presente no senso comum, de que “estes foram e ainda são passivos”, incapazes de agir de forma estratégica em seus respectivos contextos. Visando refutar tal ideia, trazemos dois pontos de reflexão, sendo que o primeiro se relaciona com a história dos indígenas no Brasil, já citada aqui anteriormente, e o segundo com a dos africanos e afrodescendentes habitantes desse território.

Em um de seus artigos, a pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p. 18-19) defende que os indígenas sempre estiveram presentes na história brasileira, porém, por muito tempo, foram considerados como indivíduos irrelevantes para a sua compreensão, justamente por serem entendidos como dominados. Para um parecer mais amplo, Almeida também traça um histórico, e compartilha com os leitores três principais momentos de nossa produção historiográfica sobre essas comunidades.

De modo geral, a princípio ocorre uma idealização dos colonizadores, representados como heróis que vieram desbravar esse local que até então estaria nas mãos de povos primitivos e sem perspectiva. Em síntese, os europeus estariam fazendo algo benéfico, trazendo a civilização e o desenvolvimento a grupos considerados atrasados e inaptos a realizarem avanços significativos. Já no segundo momento, percebem-se os indígenas sendo descritos como seres indefesos e inocentes, vítimas da barbárie executada contra eles, não reagindo a essas opressões. Ambas as perspectivas, então, consideram os nativos como pessoas passivas, que não resistem as situações que lhe são impostas.

Embora esse tipo de pensamento ainda exista atualmente, uma nova forma de se compreender o tema tem ganhado protagonismo e chegado as salas de aula. Ela está relacionada a ideia de que os povos originários são e sempre foram sujeitos históricos, capazes de agir conforme suas vontades e estratégias, sendo, desse modo, participantes ativos da história do Brasil.

Ao invés de heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos que teriam se convertido completamente aos valores socioculturais portugueses, deparamos com grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer valer seus interesses. Os índios, por sua vez, deixam de ser vistos como tolos e manipulados, pois suas ações passam a ser entendidas como fruto de escolhas próprias condizentes com as lógicas de suas sociedades e com as possibilidades disponíveis. Escolhas limitadas, sem dúvida, pois as relações eram assimétricas e ocorriam em meio a um cenário caótico de extrema violência (Almeida, 2017, p. 23).

Assim como no caso anterior, os africanos e afrodescendentes – em especial os escravizados – também foram, durante um bom período, apresentados majoritariamente como um grupo inferior e vencido, sem importância para construção de nosso país e sem capacidade de se articular em favor de seus

interesses. É possível, no entanto, desconstruir essas narrativas com o auxílio de exemplos bastante ilustrativos.

Pensemos na independência do Brasil. Aqui nos referimos não a 7 de setembro, cristalizado com a imagem de Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga, mas sim ao movimento que conquistou seu principal objetivo em dois de julho de 1823, culminando na expulsão das tropas portuguesas da Bahia. Embora exista a ideia de que a independência brasileira teria sido um processo pacífico, em oposição ao que ocorreu nos países americanos colonizados pela Espanha, sabemos que essa é uma construção idealizada, uma vez que diversos conflitos foram necessários para que a separação de Portugal fosse consolidada. Um desses, e talvez o mais conhecido, seja o protagonizado no território baiano, onde algumas facções se uniram contra a dominação portuguesa que persistia mesmo após 1822.

Em um dos capítulos do livro *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista* (Reis; Silva, 1989), os autores dividem esses segmentos que lutavam em prol da independência em dois grupos principais, sendo o primeiro, chamado de “Partido Brasileiro”, bastante heterogêneo, englobando desde a população urbana pobre até senhores de engenho. Já o segundo, denominado “Partido Negro”, era formado por negros e pardos livres, assim como escravizados africanos e crioulos.

Por meio do texto em questão, vemos que a população afro-brasileira foi participativa e atuante em um momento fundamental de nossa história, no qual foi necessária a mobilização da sociedade para a consolidação de uma mudança já iniciada, mas que ainda precisava ser concluída. Desse modo, a ideia de que existia uma indiferença em relação ao ambiente em que viviam não se sustenta. Cabe destacar que além desse objetivo em comum com os demais segmentos citados, muitos buscavam paralelamente, com base nessa atuação, a liberdade e a abolição da escravatura, sabendo utilizar a ocasião em favor de suas reivindicações. Embora a emancipação não tenha sido conquistada, a partir desse processo os escravizados intensificaram suas lutas e rebeliões, fortalecendo assim o processo de resistência.

A propósito, a resistência sempre foi algo presente entre essas comunidades, uma vez que mesmo distantes de seus respectivos locais de origem, os costumes e tradições advindos da África foram sendo mantidos e compartilhados. O fato de algumas adaptações terem sido realizadas – considerando a conjuntura em que se encontravam – de forma alguma torna essas práticas mais frágeis, pelo contrário, mostra a capacidade que os envolvidos possuíam de agir de forma inteligente e planejada.

Outra questão a ser pontuada é a diversidade desses povos africanos, pois não é incomum vermos pessoas se referindo ao continente como algo uniforme. Acreditamos que é fundamental que isso seja trabalhado em sala de aula, levando em consideração que a existência dessa visão contribui para manutenção de simplificações. Para concluir essa reflexão, consideramos pertinente esclarecer que as opressões existentes ao longo da história não devem ser de forma alguma negadas, porque como diz Le Goff, “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (1990, p. 477).

HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNDO DIGITAL

Além das mudanças historiográficas já mencionadas, entendemos que outro fator tem sido essencial para que mais vozes sejam ouvidas e possam compartilhar suas ideias: o advento das mídias digitais na divulgação de temáticas históricas. Nesse sentido, temos dois fenômenos: um diz respeito aos historiadores que com esse advento ganharam a possibilidade de se comunicarem com as pessoas de outras formas, sem ser por meio de livros ou aulas presenciais. Já o outro, está ligado ao conteúdo produzido pela população que não pertence ao meio acadêmico/escolar.

Inicialmente, é importante destacar que cada veículo digital possui sua lógica própria de funcionamento, bem como seu público-alvo. Entender essa questão é essencial, pois por mais que um profissional possua domínio sobre seu objeto de estudo e seja didático, se não se adaptar as dinâmicas “de sua audiência”, corre o risco de não conseguir transmitir sua mensagem com qualidade. O professor de História, todavia, deve tomar cuidado para que a sua busca por visualizações não coloque em risco sua credibilidade e comprometimento com as pesquisas realizadas de acordo pressupostos científicos. Sozinho ou com o auxílio de profissionais de outras áreas, que podem auxiliá-lo em relação às questões mais técnicas, deve ter esse tipo de precaução constante.

Pensando em um mundo onde cada vez mais as pessoas têm buscado formas pasteurizadas de comunicação, uma possibilidade interessante pode ser trabalhar com diferentes meios de comunicação simultaneamente. Se nem todos acabam se interessando ou têm tempo para assistir uma aula gravada no Youtube, por exemplo, que pode ter horas de duração, realizar pequenos recortes e compartilhar em mídias como TikTok e Instagram propicia que indivíduos que nunca buscariam esse conteúdo de forma intencional se deparem, ao navegarem pelas redes, com ricas informações que irão contribuir para uma melhor reflexão e compreensão da História.

Embora por vezes tenhamos a impressão de que esses vídeos mais sintetizados não causam impactos notáveis, a junção desses curtos momentos de diálogo permite que as pessoas pensem e tenham contato com um número relevante de perspectivas, semelhantes ou opostas às suas. Entendemos, desse modo, que as críticas realizadas ao formato das mídias eletrônicas por vezes são muito exageradas, sendo que o nosso foco ao olhar essa questão de maneira mais problematizadora deve ser o conteúdo e as diversas linguagens que temos à disposição atualmente.

Em uma condição tão dinâmica e acelerada como a atual, compreendemos que a maioria dos indivíduos não consegue reservar uma quantidade adequada de intervalos para a análise dos acontecimentos e dos processos históricos. Nesse sentido, precisamos ter como meta oferecer conteúdos em formatos mais ágeis, mas sem renunciar à qualidade na divulgação de informações. Dessa forma, possibilita-se que aquele que está do outro lado da tela consiga criar ou reforçar um interesse pelos temas que estão sendo debatidos, de modo que esse contato inicial possa se transformar em estudos mais aprofundados posteriormente.

É válido destacar, ainda, que nesse contexto de consolidação das mídias digitais não são afetados apenas os docentes que tentam se inserir nesse meio, mas toda a comunidade escolar. Se cada vez mais jovens têm sido bombardeados

com as notícias encontradas na web, é comum que levem para a sala de aula esse conhecimento prévio. Cabe ao professor não menosprezar ou desqualificar tal conhecimento, mas sim buscar compreender como se deu a sua formulação e quais foram os referenciais utilizados.

Apesar da facilitação do acesso à informação com o surgimento da internet, atualmente qualquer um – mesmo que sem o menor preparo para abordar temas relacionados a História – pode se comunicar com milhões de pessoas em questão de segundos. Sendo assim, os docentes devem estar preparados para identificar problemas e até mesmo negacionismos históricos nas análises e opiniões trazidas pelos estudantes, apresentando a eles dados e informações que os façam refletir sobre isso.

Por outro lado, essa praticidade na divulgação de conhecimentos também ocasiona a democratização da informação. Ao navegarmos pelas redes, vemos que muitos dos grupos “esquecidos” pelo Estado encontraram nas mídias um meio de compartilharem suas narrativas e vivências com o restante da população, o que tem contribuído para a desconstrução de estereótipos que eram tidos quase como regra.

Embora esse encurtamento de distâncias citado já ocorresse nas décadas passadas, principalmente por conta dos conteúdos transmitidos de forma analógica pela TV, a ascensão das plataformas on-line permitiu que essa tendência tomasse proporções bem maiores. Talvez um dos fatores mais peculiares desse momento em que vivemos seja o aumento da possibilidade de escolha do que queremos consumir, algo que era bem mais difícil em épocas anteriores, onde se selecionava entre as poucas opções disponibilizadas pelas emissoras.

Diante do que foi exposto, consideramos que essa conexão entre os conteúdos que circulam nas mídias eletrônicas e o ambiente escolar é fundamental para a problematização da História. Transportar esse tipo de material para a sala de aula não deve apenas representar uma consequência da preocupação dos professores acerca do que os alunos têm acompanhado, mas também uma oportunidade de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas. Mais do que uma ameaça ao ensino, as mídias digitais devem ser vistas como uma forma de transformá-lo e torná-lo mais eficiente.

Para esse último período, o da memória no último século, Le Goff se inspira no que Leroi-Gourhan (apud Le Goff, 2003, p. 463) denominou de “memória em expansão”. No entanto, ele não discute essa memória em expansão e apenas aponta que: os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória, e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular (Dodebei, 2011, p. 43).

O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos, assim como as mídias eletrônicas, também são um meio de divulgação de conteúdo, porém, como estão presentes há mais tempo nas escolas, é viável realizarmos uma análise mais aprofundada sobre as mudanças que vêm sofrendo nas últimas décadas.

De forma geral, a educação sempre foi vista como uma ferramenta extremamente eficiente para compartilhar com os jovens em formação os ideais e projetos dos governos que estiveram à frente do país, sendo assim, pesquisar os materiais didáticos enquanto documentos históricos possibilita compreender melhor as transformações pelas quais nossa nação passou e as narrativas hegemônicas em cada período.

Pensando em épocas em que o poder esteve mais concentrado nas mãos de governos autoritários, como durante a Era Vargas e a Ditadura Militar, é possível notarmos características relevantes, como o abafamento das perspectivas mais problematizadoras dos conflitos sociais existentes, bem como o enaltecimento da pátria, baseado no nacionalismo presente em ambos os intervalos. Esse tipo de idealização, todavia, não pode ser apontado como exclusividade desses dois momentos, afinal, desde os tempos do Império ocorre um esforço incansável para a construção de representações que fortaleçam a união nacional e o sentimento de pertencimento dos brasileiros ao seu território. Tal preocupação explica-se pela fragilidade da ideia de nação, que sendo algo criado, e não natural, precisa ser fortalecida a todo instante.

Apesar da dificuldade de se desvincular essa perspectiva tradicional de História dos materiais didáticos, graças ao fortalecimento de tendências historiográficas mais críticas, a formação acadêmica questionadora a esse tipo de construção e a emergência de vozes antes silenciadas, por conta do surgimento de plataformas e meios alternativos, as mudanças têm sido cada vez mais inevitáveis. Para que tal fenômeno possa ser observado, propomos aqui uma comparação entre alguns livros didáticos e escolares utilizados no início século XX e outros contemporâneos à formulação desse artigo, de modo que analisemos as transformações ocorridas em aproximadamente um século. Devido à época em que foram desenvolvidos, vale destacar, muitos dos recortes a seguir possuem termos que não estão devidamente acentuados ou que atualmente são escritos de outra forma, mas em consonância com o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), optamos por realizar uma transcrição coerente com os textos originais.

Descoberto o Brasil, os unicos povos que então o habitavam eram os aborigenes – indios selvagens (Cabral, 1935, p. 27).

Aniquilados em grande parte pelo conquistador, muitos dos que restaram têm sido chamados á civilização, gosando dos direitos de cidadãos livres e concorrendo, de diversas fórmãs, para o crescente progresso desta patria que nos é commum (Cabral, 1935, p. 49-50).

Ainda hoje, em nosso tempo, ha uma grande parte de territorio brasileiro completamente desconhecida e habitada por selvagens (Benevides, 1911, p. 10).

Os indigenas do Brazil pertencem á raça mongolica, tartara ou asiatica; mas sem a menor cultura. Attribute-se seu estado selvagem a tres causas: (a) Isolação das tribas pouco numerosas; (b) Falta de animaes domesticos, gado, etc.; (c) Guerras constantes entre as diversas tribus (Andrade, 1928, p. 10).

Nesses trechos, chama à atenção a forma como os indígenas são representados de modo pejorativo, como selvagens, enquanto os não indígenas são tidos como evoluídos, pertencentes a uma civilização ligada ao progresso. Além dessa dicotomia proposta, também se nota a ideia do colonizador como alguém que presta um favor a esses grupos, os salvando da barbárie e os inserindo na sociedade. A existência de narrativas como estas é fundamental para compreendermos o processo de dominação que foi realizado, uma vez que esse tipo de construção teórica ajudou a dar respaldo as inúmeras opressões executadas.

Já em relação aos afrodescendentes, mesmo em materiais mais antigos verifica-se a existência de uma visão negativa acerca do período da escravidão, embora o nível de rejeição varie conforme o autor. Apesar do reconhecimento da escravatura como algo ruim – ao menos nos livros analisados –, ainda podemos identificar alguns problemas, como o fato de as lutas da população negra pela abolição serem menosprezadas, em detrimento dos elogios à atuação de políticos e membros da elite, a existência de uma tentativa de se justificar a escolha dos africanos com base em características físicas e a classificação dos afro-brasileiros como inferiores.

Entretanto, nessa calma política e nos últimos dias do império, como que a attestar a conexão entre elles existente, ia ser resolvido o segundo dos problemas acima referidos — a abolição da escravidão, o termo do domínio do homem sobre o homem, que tanto nos envergonhava e que fomos uma das últimas nações a supprimir (Coutto, 1923, p. 219).

A necessidade de braços fez com que o colono appellasse para o africano, que offerencia as melhores condições não só para resistir as intemperies de um clima tropical, como para supportar todos os excessos e passividades da escravidão. / O espirito liberal da nação, porém, quando ella se constituiu como uma nacionalidade autonoma, trabalhou pela extinção da escravidão. (Benevides, 1911, p. 66).

E, pois, a Rio Branco, que se deve a criação da emancipação, lei de 28 de Setembro de 1871, que declarava livres todos os filhos de mulher escrava, nascidos daquela data em diante. / Essa lei intitulou-se: Lei dos nascituros. / Em 1885 outra lei surgiu, libertando os escravos sexagenários. / Raiava então o dia feliz para duas almas, umá nobre pelo gesto que bem interpreta um coração santo, e outra humilde, propria de um povo de bom sentimento, porém desprovido de cultura intellectual (Campos, 1924, p.75).

Sobre os livros didáticos da atualidade, ainda que exista uma clara melhoria no modo como os indígenas são descritos, estes continuam marginalizados, tendo suas histórias apresentadas de modo bastante resumido. Se pegarmos como modelo o material didático História, Sociedade e Cidadania: 6º ano (Boulos Júnior, 2022), utilizado por diversas escolas públicas do Brasil, vemos que mesmo sendo bem elaborado no sentido de trazer reflexões pertinentes aos estudantes, ele também simplifica conteúdos extremamente complexos ligados aos indígenas em poucas folhas. As explicações sobre o funcionamento das civilizações Inca, Asteca e Maia, por exemplo, se somadas, ocupam apenas nove páginas do material, o que indica como o assunto é tratado de forma superficial. Já o livro História Global

(Cotrim, 2016) sintetiza ainda mais essas informações, abordando as principais características desses povos – se desconsiderarmos as atividades – em somente três páginas, mesmo se tratando de um livro direcionado ao ensino médio.

Pensando agora nos pontos positivos, pode-se citar a atenção que vem sendo dada à diversidade destes grupos, levando em conta as múltiplas culturas existentes entre os nativos, a tentativa de desconstrução de diversos estereótipos propagados por décadas e a menção a características positivas da organização social das comunidades originárias da América.

Ao contrário do que muitos escreveram sobre os indígenas brasileiros, chamando-os de preguiçosos, os Tupi não tinham preguiça nenhuma. Esses povos indígenas gostavam de caçar e pescar e não produziam para vender, mas apenas para atender as necessidades básicas da comunidade (Vainfas et al., 2022, p. 35).

Não comiam os inimigos por crueldade ou gosto, mas por acreditar que, por meio disso, absorviam sua força e coragem, além de vingarem a morte de seus parentes, comidos por aqueles mesmos inimigos em rituais antropofágicos anteriores (Vainfas et al., 2022, p. 35).

Graças a suas técnicas agrícolas, os Tupi-Guarani produziam alimento suficiente para guardar estoques e atendiam as necessidades do grupo com apenas quatro horas de trabalho diário. Nos séculos XV e XVI, enquanto muitas sociedades europeias enfrentavam o drama da fome, os povos originários da América desfrutavam de certa abundância de alimentos (Cotrim; Rodrigues, 2018, p. 110).

Acerca do modo como os afro-brasileiros são retratados hoje, vemos que diferentemente do que ocorria em períodos anteriores, se reconhece as opressões e violências vivenciadas por essa população não só no passado, mas também na contemporaneidade, ainda que de modos diferentes. Além disso, outro avanço tangencia a maneira como são colocados como atuantes na conquista de seus direitos.

Enquanto durou a escravidão, houve resistência. Os escravizados resistiam por meio da desobediência, da fuga e formação de quilombos, dos levantes urbanos e da busca por liberdade para praticar suas culturas e religiões (Boulos Júnior, 2018, p. 204).

Para os recém-libertos, a Abolição não trouxe os benefícios esperados. Eles não receberam terra para plantar e nenhum tipo de ajuda do governo; parte deles negociou a sua permanência na fazenda em troca de modestos salários ou do direito de ter a própria roça. Sem terra, sem instrução, sem dinheiro e sem apoio do governo, muitos migraram para as cidades em busca de emprego (Boulos Júnior, 2018, p. 210).

Nas cidades, coube-lhes a execução de trabalhos esporádicos e mal remunerados e a ocupação de habitações precárias ou áreas periféricas (Vainfas et al., 2022, 180).

Mais de cem anos se passaram desde a abolição e os séculos de escravidão ainda pesam sobre a sociedade brasileira. Estatísticas

atuais mostram que a pobreza e a violência afetam mais negros do que os brancos na população do país (Cotrim; Rodrigues, 2018, p. 188).

Apesar de nossa Constituição proclamar que os direitos devem ser iguais para todos os brasileiros, este ideal até agora não se concretizou para o povo negro como um todo (Boulos Júnior, 2018, p. 212).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, num primeiro momento, refletir sobre a diferença existente entre o conceito de História e memória, e sobre a forma como narrativas hegemônicas se cristalizam por meio da memória oficial. A partir disso, procuramos demonstrar a importância das mídias digitais num processo de democratização, que permitiu o compartilhamento de diversas vozes antes “esquecidas”. Posteriormente, abordamos ainda a representação de grupos minoritários em um outro meio de comunicação, o material didático. Por meio de sua análise como fonte histórica, realizamos uma comparação entre alguns exemplos mais antigos e outros atuais, focando num recorte que priorizou grupos afro-brasileiros e indígenas, justamente por serem os que mais sofreram, em nosso contexto, com apagamentos e silenciamentos.

Partindo agora para a finalização deste texto, gostaríamos de destacar o papel dos professores diante dessas mudanças, reforçando que cabe aos profissionais da educação estarem atentos a forma como os conteúdos são compartilhados, identificando eventuais problemas tanto nos materiais físicos como nos digitais. Para que isso seja possível, é importante que os docentes - em especial aqueles que não tiveram acesso a uma formação problematizadora em relação as questões trazidas nos últimos tópicos – estejam sempre se aperfeiçoando e buscando novas perspectivas. Sendo assim, é essencial uma união entre os acadêmicos e aqueles que estão inseridos no contexto escolar, para que dessa forma as discussões e pesquisas que vêm sendo produzidas possam contribuir para a construção de conhecimentos tanto dos professores quanto dos alunos.

Cabe ainda, àqueles que ensinam, conseguir demonstrar aos estudantes a relação entre o que está sendo estudado no colégio e seus cotidianos. Com isso, é possível transformar uma educação monótona e meramente descritiva em uma que contribua para a formação dos jovens, não apenas como alunos, mas como indivíduos e cidadãos.

Memories ‘in dispute’: digital media and textbooks in History teaching

ABSTRACT

This article aims to reflect on how memory in our society is the subject of constant disputes and how historiographical changes, along with the content produced in electronic media, have contributed to previously ignored perspectives being shared with the public on a broader scale. To this end, our work will address how these transformations have reached schools and the influence of textbooks in this context, as well as the role that teachers should play in guiding this process, which touches on various issues such as the conception of History, memory, and truth.

KEYWORDS: History. Memory. Electronic media. Textbooks. Teacher training.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/b7Z47VbMMmvPQwWhbHfdkpr/?format=pdf&lang=>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ANDRADE, Maria G. L. de. O Gentil do Brazil. In: _____. *Resumo da Historia do Brazil: para uso das escolas primarias brasileiras*. São Paulo: Typografia Siqueira, 1928. p. 10-13. E-book. Disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1033>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BENEVIDES, José E. C. de Sá e. *Resumo de Historia do Brazil por José E. C. de Sá e Benevides: lente da escola normal*. 7. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves & C., 1911. E-book. Disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1049>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo. In: _____. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 51-68.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Abolição, Imigração e Indigenismo no Império. In _____. *História, Sociedade & Cidadania*: 8º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018. p. 203-225.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. Povos Indígenas da América. In _____. *História, Sociedade & Cidadania*: 6º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018. p. 107-126.

CABRAL, Mario da Veiga. Os Aborígenes. *Ethnologia Brasílica*. In: _____. *Compendio de Historia do Brasil: Adoptado no Collegio Pedro II, Collegios Militares, Escolas Normaes, e em muitos outros estabelecimentos de ensino secundario*. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1935. p. 27-50. E-book. Disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1060>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CAMPOS, Rocha. A Abolição. In: _____. *Pontos de Historia do Brasil: Segundo o programma official do Collegio D. Pedro II*. São Paulo: Livraria Zenith, 1924. p. 74-75. E-book. Disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1070>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

COTRIM, Gilberto. Povos da América. In _____. *História Global: 1º ano do Ensino Médio*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 222-231.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. A Conquista da América. In _____. Historiar: 7º ano. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 106-119.

COUTTO, Pedro do. Abolição. In: _____. Pontos de História do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1923. p. 219-228. E-book. Disponível em: <<https://lemad.fflch.usp.br/node/1088>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

DODEBEI, Vera Doyle. Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. Aurora: revista de arte, cultura e política. São Paulo, n. 10, p. 36-50. jan. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LE GOFF, Jacques. Memória. In _____. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 423-483. E-book. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n.10, p. 7-28, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12115>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. O Jogo Duro do Dois de Julho: o “partido negro” na independência da Bahia. In: _____. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 79-98.

VAINFAS, Ronaldo et al. A Sociedade Tupinambá em Pindorama. In _____. História.doc: 7º ano. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. p. 30-45.

VAINFAS, Ronaldo et al. No Brasil, Escravidão e Monarquia em Crise. In _____. História.doc: 8º ano. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. p.168-185.

Recebido: 25 ago. 2024.

Aprovado: 24 out. 2024.

DOI: 10.3895/rde.v15n25.19021

Como citar:

BARROS, P. M.; RODRIGUES, P. H. Memórias 'em disputa': mídias digitais e livros didáticos no ensino de História. Dito Efeito, Curitiba, v. 15, n. 25, p. 83-98, jan./jun. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

